

Correio Sindical Mercosul

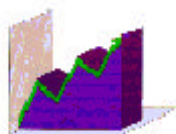
Serviço de Notícias

28 de fevereiro de 2000

Índice



Notas e Fatos



Empresas e Setores



Trabalho e Movimento Sindical

* *Flexibilización Laboral em Argentina II*

* *Salário Mínimo no Brasil*



Relações Externas



Notas

Apoio

FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG

Edição



Consultoria Econômica e Social

Mercosur: Cardoso espera a De la Rúa

El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, dijo que su país está "esperando la llamada de la Argentina y Uruguay para comenzar a delinear la agenda del Mercosur para los próximos años. Brasil está dispuesto y ya lo hemos hecho saber, sólo estamos esperando una definición (del resto del bloque)".

Reveló que piensa convocar a una reunión de presidentes de América del Sur este año, "para que estudiemos cuáles son los problemas que tenemos en común y para fortalecer nuestros lazos".

Consultado sobre las iniciativas que Brasil está tomando aisladamente para crear preferencias comerciales con terceros mercados: México, los países andinos y Sudáfrica, dijo : "Esto no quiere decir que para nosotros el Mercosur no sea prioritario, pero es necesario que hoy, simultáneamente, podamos ir creando un gran acercamiento bilateral con otros países, con los que en un futuro tendremos una zona de libre comercio."

Sobre la nueva etapa, tras la asunción del presidente Fernando de la Rúa en la Argentina, Cardoso dijo que las relaciones con el nuevo gobierno en la Argentina "son buenas, pero con Carlos Menem también eran muy buenas. Los problemas que tuvimos no fueron por culpa de Menem, sino de la crisis y la devaluación, que provocó roces comerciales entre los países, pero que nunca afectaron la relación política. Creo que con De la Rúa será igual".

Un diplomático argentino, presente en la cena y que pidió reserva de su nombre, interpretó las palabras en que Cardoso dice estar esperando por la Argentina y Uruguay para definir la nueva agenda del Mercosur. "La Argentina tiene un gobierno que prácticamente apenas asumió, y Uruguay tendrá un nuevo presidente en pocos días. Cuando dice que está esperando, lo dice porque Brasil aún no tiene suficientemente claro cómo quiere seguir avanzando la Argentina en el Mercosur. No nos olvidemos de que hasta hace poco la Argentina estaba coqueteando con otras mozas", comentó el diplomático, haciendo referencia directa a las relaciones carnales con los Estados Unidos, algo que siempre irritó a la diplomacia brasileña.

En las próximas semanas diplomáticos brasileños viajarán a la Argentina y, a su vez, funcionarios argentinos llegarán a Brasil para iniciar las conversaciones que definirán la agenda de acciones del Mercosur por los próximos tres años. (CSM-AR)

Brasil anuncia plano de apoio ao Paraguai

O governo brasileiro acertou, ontem, um pacote de medidas para apoiar o desenvolvimento econômico do Paraguai e evitar o crescimento de contrabando, triangulação de armas, lavagem de dinheiro e falsificação entre os dois países. Uma das principais medidas, ainda em estudo, será dar um tratamento fiscal diferenciado a empresas brasileiras que queiram atuar no país. Além disso, o Brasil confirmou o empréstimos de US\$ 200 milhões para obras públicas e reforço da segurança no Paraguai.

A proposta do governo é deixar de cobrar o IRPJ sobre os resultados das filiais das empresas brasileiras instaladas no país vizinho. Com isso, as autoridades esperam um aumento do volume de investimentos nacionais no Paraguai. *"Queremos gerar empregos para paraguaios e para os brasileiros que vivem lá. Não para chineses e coreanos que produzem suas mercadorias em seus países e exportam ao Paraguai"*, ressalta o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. (Gazeta Mercantil, 23.02.00)

Ministro argentino quer um regime de transição

O governo argentino quer evitar que o livre comércio no âmbito do Mercosul tenha efeitos negativos sobre alguns setores de sua indústria. A idéia do ministro da Economia da Argentina, José Luis Machinea, é a criação de um regime de transição até que setores como têxteis, aço, calçados e frango adquiram competitividade e não sejam ameaçados pelos produtos brasileiros. Segundo o subsecretário-geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio do Itamaraty, embaixador José Alfredo Graça Lima, *"o Brasil não aceitará uma proposta que*

oficialize o protecionismo". Esses setores foram, em 1999, os pivôs da crise no bloco. Até o início do ano passado, existia um regime especial entre os países do Mercosul que estabelecia tarifas diferenciadas às mercadorias consideradas sensíveis. A partir de 1º de janeiro de 1999, porém, o regime especial deixou de existir e os setores protegidos passaram a fazer parte do livre comércio regional. (Gazeta Mercantil, 21.02.00)

Botafoogo quer rever algumas tarifas do Mercosul

O governo brasileiro passa a adotar uma nova postura com seus parceiros no Mercosul. O embaixador especial para o Mercosul, José Botafoogo Gonçalves, não descarta a possibilidade de negociar com os argentinos um regime de transição tarifária para produtos sensíveis, como papel, frango, calçados e aço. 'Esses foram os setores que causaram todo o problema entre Brasil e Argentina no ano passado e até agora não temos uma solução definitiva', afirmou.

A mudança de estratégia da diplomacia brasileira tem como objetivo solucionar temas que chegaram a colocar em risco o processo de integração. 'Não nos interessa Ter parceiros com problemas', ressaltou. Botafoogo lembra que apenas medidas de emergência foram tomadas para não interromper o fluxo de comércio entre Brasil e Argentina. Um exemplo foi o acordo de restrição voluntária de exportação dos calçados brasileiros. (Gazeta Mercantil, 24.02.00)

Barreiras brasileiras para o arroz

Os produtores brasileiros de arroz, reunidos na semana passada na Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) defenderam a imposição de cotas para a importação de arroz do Mercosul. A reivindicação dos gaúchos no encontro, que contou com a participação do Ministro da Agricultura é de a cota seja no máximo de 550 mil toneladas de arroz para a Argentina e o Uruguai, com um ingresso maior no segundo semestre. Essa cota representa pouco mais da metade importada em 1999, quando só o Uruguai mandou 550 mil toneladas e a Argentina 430 mil toneladas.

Segundo o presidente da Farsul, Antonio Eloi Paz a entidade defende uma autolimitação aos parceiros do Mercosul e lembra que vem advertindo sobre a auto-suficiência brasileira há algum tempo. Paz acrescenta que o mercado não se ajustará sem uma vigilância eficiente na fronteira. *"O Uruguai e a Argentina têm que buscar outros mercados ou reduzir drasticamente a produção".* (Gazeta Mercantil, 22.02.00)

Brasil e Paraguay definem acordo fiscal

Os sacoleiros brasileiros perderão o direito de entrar no Paraguai como turistas. Com a decisão, será extinta a cota de US\$ 150 por pessoa isenta de Imposto de Importação no comércio da fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Os governos dos dois países estão em fase adiantada de negociações e, segundo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, deverão assinar nos próximos dias um acordo bilateral sobre o assunto. Mas o acordo precisa passar pelo crivo dos dois parlamentos, o que dificultará sua aprovação. Malan reuniu-se ontem com o ministro da Fazenda do Paraguai, Federico Zayas, e outras autoridades daquele país. Depois do encontro com Malan e com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, os paraguaios saíram exultantes. *"Não mais contrabando, não mais falsificação de cigarros, não mais triangulação de armas, não mais lavagem de dinheiro"*, discursou o ministro do Interior, Walter Bower. Estimativas do secretário do secretário da Receita, Everardo Maciel, indicam que o fisco deixa de arrecadar R\$ 1 bilhão por ano só com contrabando e falsificação de cigarros trazidos do Paraguai. Os sacoleiros movimentam aproximadamente R\$ 1,8 bilhão por mês no comércio fronteiriço. Argumenta-se que esses compradores utilizam o limite de isenção de imposto para os turistas terrestres, mas trazem mercadorias além da conta para o Brasil. Por isso, os dois governos criarão regras para definir o que é sacoleiro, para que ele não tenha o privilégio concedido aos turistas. (Jornal do Brasil, 23.02.00)

Parceiros não podem ajudar mais pobres

Brasil e Argentina, maiores países do Mercosul, não estão em condições econômicas de ajudar os países mais pobres do bloco (Paraguai e Uruguai), na opinião do embaixador brasileiro extraordinário para o Mercosul, José Botafogo Gonçalves.

Indagado sobre a criação de mecanismos, como um fundo, para garantir o equilíbrio regional, assim como ocorreu na União Européia, Botafogo disse que o problema é quem paga e quanto custa.

Botafogo frisou que a Argentina, apesar de ter problemas, não pode ser considerada um país pequeno do bloco, para receber concessões brasileiras. O governo argentino quer criar regimes de transição no Mercosul para proteger a sua indústria.

O presidente do Uruguai, Julio María Sanguinetti, que se reuniu ontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto, afirmou que as concessões no Mercosul têm sido "recíprocas". "Temos feito fortes concessões tarifárias, questionadas no Uruguai. Por outro lado, o Brasil tem nos assegurado um mercado importante para produtos agroindustriais", afirmou o uruguaio.

Botafogo disse que Paraguai e Uruguai podem ser beneficiados por intermédio de planos de cooperação financeira com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Bird (Banco Mundial). (FSP, 24/02/2000)

Argentina impõe barreira ao frango e peru do Brasil

O governo argentino impôs ontem uma barreira sanitária à entrada do frango e do peru brasileiro no país. Nas novas regras de classificação sanitária do produto que estão sendo estabelecidas, o Brasil foi incluído em uma lista de países que apresentam a doença de New Castle.

A entrada do produto brasileiro não será vetada por conta disso, mas os exportadores brasileiros terão de cumprir exigências mais rigorosas de controle da doença para colocar seu produto no mercado argentino. A medida passa a valer a partir de março.

Até agora, o Brasil não era tido como um país com essa doença, que há em algumas regiões do país, mas não no Sul e no Sudeste, que exportam para a Argentina. No entender de produtores brasileiros de frango, trata-se de uma barreira não-tarifária ao frango brasileiro. Atualmente, o governo argentino investiga uma denúncia de dumping (venda abaixo do custo) do frango brasileiro, feita pelos produtores locais.

Segundo as novas exigências, os produtores brasileiros terão de fazer uma análise sanitária com 60 aves de cada lote que seja enviado à Argentina, para comprovar que o produto não está contaminado. O processo encarecerá significativamente os custos de exportação, segundo os exportadores brasileiros, tornando o produto menos competitivo.

A notícia chega em um momento especialmente delicado porque na próxima segunda-feira o ministro da Agricultura do Brasil, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, estará em Buenos Aires participando de um encontro de ministros da área. (FSP, 25/02/2000)

Brasil propõe un acuerdo sanitario

Brasil propondrá al Mercosur la adopción de un acuerdo de equivalencia sanitaria recíproca en un esfuerzo por eliminar lo que considera "barreras" tarifarias de Argentina para dificultar el ingreso de productos brasileños a su mercado, informó ayer a agencia de noticias Estado.

El objetivo de la sugerencia, que será presentada el lunes por el ministro de Agricultura, Marcos Pratini de Moraes a su homólogo argentino Antonio Tomas Berhjongaray, es el sector avícola, que tiene acceso restringido al mercado argentino debido al temor de las autoridades a que se contagie la enfermedad new castle, que afecta el sistema respiratorio y nervioso de las aves de corral. Brasil alega que el mal que afecta al ganado equino, a la que se refiere Argentina, sólo se ha presentado en el estado nororiental de Alagoas.

Pero las discrepancias sobre el libre tránsito de equinos, restringido desde la semana pasada, y de las exportaciones de cítricos también tienen un papel preponderante en la agenda del ministro. (EL Observador, 26/02/2000)

Anuncian encuentro González-De la Rúa

Los presidentes del Paraguay y de la Argentina, Luis González Macchi y Fernando de la Rúa, respectivamente, se entrevistarán en Montevideo el miércoles próximo, en el marco de la ceremonia de asunción al mando del nuevo jefe de Estado del Uruguay, Jorge Batlle Ibáñez.

El Ministerio de Relaciones Exteriores emitió en la víspera un comunicado de prensa en el que informa sobre el encuentro y refiere que el mismo fue acordado en Vilamoura (Portugal) por los cancilleres de Paraguay y de la Argentina, Juan Esteban Aguirre y Adalberto Rodríguez Giavarini, respectivamente.

"La entrevista con el canciller argentino se desarrolló en un marco cordial en el que ambos ministros concordaron sobre la necesidad de reanimar las relaciones bilaterales y sobre la importancia de lograr algunos resultados importantes en el más corto plazo, todo ello como una señal positiva sobre el buen relacionamiento actual entre los dos países", señala el documento.

"Se consideró conveniente que, en ocasión de la toma de posesión del presidente Batlle, los presidentes de Paraguay y Argentina tengan un encuentro para definir los temas importantes de la relación bilateral, encuentro que podría constituirse en el inicio oficial de la normalización de las relaciones entre los dos países". (*Abc*, 25-02). [\(regressar\)](#)

Autopartistas: éxodo al Brasil es de 70%

El fantasma del éxodo de una fábrica de jeringas radicada en La Plata -que ocupa a casi 200 trabajadores- a Brasil agitó otra vez el temor sobre la continuidad de la fuga de empresas al país vecino. De hecho, la firma platense pasaría a engrosar un grupo de 52 compañías que, según el Centro de Estudios Bonaerenses (CEB), armaron las valijas y se mudaron a territorio carioca a lo largo de 1999.

El estudio, que evita indicar que se trata de una fuga masiva, destaca que el grueso de las firmas pertenece al sector automotor: entre terminales y autopartistas suman 67,3 por ciento de las empresas en retirada. El ranking se completa con la producción de maquinarias agrícolas con 11,5 por ciento, los alimentos con 7,7 por ciento y el rubro textil con 5,8 por ciento. Cierran el calzado, la construcción, imprenta y lámparas y equipo eléctrico. Para Dante Sica, director ejecutivo del CEB, *«aunque no se puede hablar de un traslado masivo» esto «puede ser el comienzo de un verdadero rediseño del modelo industrial de los países miembros del Mercosur»*.

En cuanto a los motivos, además del beneficio de la devaluación, afloran las ventajas comparativas en incentivos fiscales y crediticios que otorga el gobierno carioca, que concede créditos a 3% anual. Esto hace, indudablemente, mucho más atractiva para los empresarios la radicación de sus industrias al otro lado de la frontera. Pero el estudio agrega otros elementos en la evaluación global de la fuga: *«La fuerte caída de la demanda y la ya existente sobrecapacidad instalada en nuestro país son factores que explican la reestructuración en la mayoría de las autopartistas»*, señala. Ejemplos sobran. En 1999, las terminales argentinas fabricaron 50% menos de vehículos -de 458 mil a 305 mil-. La baja, en algunos casos, fue infernal: el Siena de Fiat cayó 221%; Silverado, 345%. La fabricación de ambos modelos se trasladó a Brasil. Justamente, las cinco terminales automotrices que el CEB relevó en todo el país o bien trasladaron parte de la línea de producción o desviaron alguna inversión.

También, respecto del tema automotriz, el informe señala que las provincias más afectadas son Buenos Aires y Córdoba, que concentran, respectivamente, 55,4% y 37,0% de la producción del sector en todo el país.

Reativação do setor de construção naval

Atendendo a pressões das empresas de construção naval (Sinaval) e das empresas de navegação (Syndarma) e também dos sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos e dos marítimos do Rio de Janeiro, o ministro dos Transportes condicionou a sua autorização para a importação de dois navios usados, ao compromisso da empresa em encomendar navios aos estaleiros nacionais.

A empresa Oceânica AGW (Mercosuline) adquirida pela anglo-holandesa P & O Nedlloyd do Brasil importou no início do ano dois navios usados, para operação de transporte de contêineres na rota Manaus-Buenos Aires. O primeiro deles, rebatizado de Mercosul argentina, já se encontra em reforma no estaleiro Enave, em Niterói (RJ). O outro, que se chamará Mercosul Brasil deverá chegar proximamente. Cada um deles transporta 19 mil toneladas em 900 contêineres.

A autorização concedida para a importação dos navios foi fortemente questionada pela indústria naval, já que o setor discute com o governo medidas para a reativação do setor. Em 1981, no seu auge, a indústria naval empregava 40 mil trabalhadores e produzia 4 navios por mês. Hoje emprega menos de 1.000 trabalhadores, não produz nenhum navio e se limita apenas a serviços de manutenção.

Existe grande possibilidade de reerguimento da indústria, que já conta com pessoal especializado, infra-estrutura e os recursos do Fundo da Marinha Mercante. Além do transporte marítimo, a Petrobras estima que a indústria de equipamentos para a exploração de petróleo em alto mar vai necessitar de investimentos de US\$ 70 bilhões nos próximos dez anos.

O governo avalia que alguns estaleiros tem sua capacidade superdimensionada e que será necessária uma reestruturação para que o setor possa competir com os estaleiros japoneses e coreanos.

Alguns observadores creditam as pressões contra a Nedlloyd à concorrência acirrada no setor. A rota Manaus - Buenos Aires é operada também pelas companhias Transroll, Aliança e Docenave. A Nedlloyd é uma das maiores companhias de navegação do mundo com mais de 200 navios e sua entrada recente no Brasil acirrou a concorrência. (*Gazeta Mercantil*, 21.02.00 e 24.02.00)

La posición de los industriales metalúrgicos

Los secretarios general y de relaciones de ADIMRA -Luis José Vassallo y José Batista- manifestaron que "Ya en 1996 se efectuaron presentaciones ante la autoridad de aplicación del régimen para la industria de automotores, o sea la Secretaría de Industria, Comercio y Minería, transmitiendo la alarma ante la sustitución de autopartes nacionales por las de importación a raíz de la puesta en vigencia de un régimen de medición exageradamente permisivo para la importación de componentes y la gravedad que agregaba la eliminación de la fabricación nacional de motores, que de 336.000 unidades fabricadas en 1994 había pasado a 139.000 en 1996, con una marcada tendencia a desaparecer al final de 1999, cosa que ha sucedido. A ello se agregó igual proceso con la fabricación de cajas de transmisión y no está de más señalar las ventajas que acordó el decreto 33/96 para la importación de partes para otros conjuntos importantes, partes que hasta entonces proveía la industria metalmeccánica."

Motores, cajas y partes de conjuntos representan más del 45 por ciento del valor total del despiece de un automotor. Buena parte de ello la proveían los autopartistas de ADIMRA y están en condiciones de hacerlo y reclaman poder hacerlo.(Clarín 21-02).

Más de 40 papeleras en crisis financiera

Informe anuncia que alrededor de 40 fábricas argentinas que elaboran celulosa y papel tuvieron que cerrar sus plantas, quebraron, se declararon en estado de crisis o solicitaron concurso de acreedores, según detalla un informe en poder de gremios y empresas del sector.

Entre los gastos que más influyen, señala el informe, se consideran prioritarios el costo laboral, el precio de la energía, las cargas sociales y el pago de impuestos. Mientras eso ocurre, papeles y cartones ingresan de Brasil o de otros mercados a precios muy bajos, pese a que no siempre, dicen los empresarios, ofrecen calidad.

En el informe figuran como quebradas tradicionales empresas misioneras, muchas de las cuales dejaron de funcionar el año último por la pesada carga financiera que arrastraban. Industrias Mayo, Fabril Quilmes, Corrugadora Atuel, Cartonería Bengri, Celulosa Jujuy, Fibrapapel, Cartonsud y Celulosa Almafuerte integran la lista del documento difundido. En tanto, en concurso de acreedores se encuentran, entre otras, Papelera San Jorge, Ansabo, Italpapelera, Papelera Robles, Celulosa Campana, Papelera Latina y Papelera Alcorta. Entre las que dejaron de funcionar se figuran Recortera San Martín, Cartulinas Argentinas, Corrugadora Oeste, Corrugadora Monte Grande y Corrugadora América, por citar algunas.

Mientras un alto porcentaje del sector papelerero atraviesa por la peor crisis económica de su historia, algunas otras empresas, como contrapartida, están inmersas hoy en un profundo plan de reactivación y actualización.

Así ocurre con dos grandes industrias que funcionan en Misiones, Alto Paraná y Papel Misionero, que tras fuertes inyecciones de capital se posicionan como la otra cara del sector.(*La Nación* 22-02).

Protección para el calzado

El Gobierno publicó en el Boletín Oficial, los decretos que prorrogan los cupos a la importación de calzado deportivo. Entra en vigencia de la "cláusula gatillo", que eleva del 40% al 80% los aranceles de zapatillas importadas desde países fuera del Mercosur cuando sobrepasen una cuota anual de 2,5 millones de pares. Los decretos establecen el mantenimiento de las salvaguardias al calzado por 5 meses más. Los industriales piden que se estire hasta el 2004.

La medida fue aplaudida desde la Cámara de Fabricantes de Calzado y rechazada por los importadores nucleados en Capcica. El titular de Alpargatas, Guillermo Gotelli, dijo que los cupos "ayudan a mantener puestos de trabajo en un sector donde cada puesto adicional cuesta unos 5.000 dólares, lo cual es muy barato en comparación con otras industrias". Fabián Backchellián, titular de Gatic, dijo que "es un punto muy importante" a favor de la industria. "Esperemos que permita trabajar en igualdad de condiciones", agregó.

Los importadores se escudaron en una denuncia que presentaron la Unión Europea, EE.UU. e Indonesia ante la Organización Mundial de Comercio (OMC), que les dio la razón en diciembre. En las últimas semanas, Industria y Economía trabajaron en la instrumentación de la prórroga con el propósito de evitar objeciones legales desde la OMC. Contaron con el asesoramiento del estudio jurídico Kaye & Scholer, de EE.UU., cuyos honorarios pagaron los industriales. (*Clarín* 25-02).

A Brahma parada no Brasil, cresce na Argentina

A cervejaria Brahma encerrou o ano de 1999 com um desempenho menor que no ano anterior. O resultado , praticamente estável, foi de R\$ 322,3 milhões, 2% inferior ao apresentado em 1998 que foi de R\$ 329,1 milhões . Na área internacional o seu melhor desempenho foi na Argentina, onde o volume de vendas subiu 20,3% e a participação no mercado alcançou quase 15% .

O resultado internacional é importante para a empresa que pretende se apresentar como uma multinacional "verde e amarela" como uma cobertura ideológica para a sua fusão com a Antártica, operação ainda polemica e a ser julgada pelo governo brasileiro . (Balanço Anual da empresa, *Gazeta Mercantil*, 23.02.00)

[\(regressar\)](#)

Reunião da Coordenadora das Entidades de Agricultores Familiares do Mercosul

A reunião será entre os próximos dias 29 de fevereiro e 1 de março, no Centro de Estudos Sindical Rural - CESIR da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura- CONTAG, filiada a CUT, e tem como objetivo a continuidade de intercâmbio entre as entidades representativas da agricultura familiar e construir proposta de reestruturação da Coordenadora das Entidades dos Agricultores Familiares do MERCOSUL.

Outro ponto importante da reunião é o debate sobre a da Agricultura Familiar no Mercado Internacional (OMC, MERCOSUL).

O encontro começará com a apresentação conjuntural da situação dos agricultores familiares dos respectivos países e fará uma análise dos trabalhos da Coordenadora, suas ações, dificuldades e perspectivas.

A seguir será realizado planejamento e definição de ações estratégicas da Coordenadora em 2000 para atuação no Subgrupo 8, bem como calendário de reuniões e atividades.

No segundo dia de reunião os participantes terão uma audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann e na parte da tarde com o Secretário de Política Agrícola e com o co-diretor do Projeto da Comunidade Europeia e Coordenador do Subgrupo 8 do Ministério da Agricultura e Abastecimento do Brasil no Mercosul. (CONTAG)

Renovação da frota brasileira

Luiz marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, deu ao governo um prazo até o dia 13 próximo para uma resposta sobre o programa de renovação da frota de veículos. *"Se continuar esse empurra com a barriga, as forças sindicais vão se reunir para forçar o presidente da República a dizer o que deve ser feito, porque esse também é um problema dele"*, disse depois de se reunir com o ministro do desenvolvimento, Alcides Tapias.

No próximo dia 13 o sindicato vai promover um seminário sobre a renovação da frota na assembléia Legislativa do estado de São Paulo.

Na opinião do sindicalista a questão está nas mãos do secretário da Receita Federal a quem a Anfavea, a associação que reúne as montadoras brasileiras, entregou uma proposta de incentivos para renovação da frota na semana passada. Como o temor do governo é a perda de receita, a proposta foi de que a redução do imposto só se aplique aos automóveis que excederem a produção prevista para este ano, que é de 1,2 milhão de unidades.

O projeto apresentado pela Anfavea prevê a concessão de um desconto de R\$ 1.800 (US\$ 1.000) que seria dividido entre o governo federal (R\$ 700,00), os governos estaduais (R\$ 600,00) e entre as montadoras e concessionárias (R\$ 500,00). Para Marinho, o bônus ideal seria de R\$ 2.500,00. Ele pretende incluir no programa, uma cláusula de compromisso de manutenção do emprego. (Gazeta Mercantil, 23.02.00)

Paraguay - campesinos reclamarán la reactivación agrícola

La Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC), integrada por 23 agrupaciones de labriegos, hará una jornada de protesta el 27 de marzo para exigir al Gobierno la reactivación productiva del sector agrícola.

El dirigente campesino José Bobadilla indicó que no pedirán la destitución del presidente Luis González Macchi, ``pero si este es un incapaz debe abandonar el cargo".

Según el labriego, el campesinado necesita tierra, crédito, asistencia técnica y mercado para vender sus productos.

Los organizadores esperan contar con la presencia de miles de campesinos que acamparán frente al Parlamento hasta que el Gobierno responda a las necesidades del campo.

Preguntado si realizaron contactos con otras organizaciones para que apoyen la movilización, Bobadilla fue categórico en afirmar que hasta el momento la MCNOC y el Frente Sindical son los únicos organizadores. No descartó que con el correr de los días otros grupos sociales se unan a la movilización. (Abc, 24-02).

Brasil: Centrais sindicais lutam pela redução do horário

As centrais sindicais CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical e CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) decidiram promover campanha nacional pela redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução dos salários.

A campanha será lançada oficialmente no próximo dia 17 na região de São Paulo e depois levada para os outros estados. Nesse dia se iniciará a coleta de assinaturas para apresentação de uma proposta popular de emenda constitucional, para o que serão necessárias um milhão de assinaturas.

Os sindicalistas consideram a redução da jornada a melhor forma de reduzir o desemprego no Brasil. Um estudo do Dieese (o departamento intersindical de estatísticas) mostra que é possível gerar 1,7 milhão de empregos com essa redução, principalmente nos setores de comércio e serviços. (Folha de São Paulo, 23.02.00)

Uruguay: Evaluación dispar entre empresarios y trabajadores de normas de descanso intermedio y salario vacacional

Empresarios y trabajadores evidenciaron ayer posiciones encontradas al evaluar los decretos del gobierno que reglamentan el descanso intermedio y el salario vacacional en todos los sectores económicos, según opiniones recogidas por El Observador.

El sector empresarial considera que las medidas son “positivas”, porque “aclaran” las reglas de juego, pero uno de los dos coordinadores de la sala de abogados del PIT-CNT calificó la norma sobre salario vacacional como una “aberración”.

Para el vicepresidente de la Cámara de Industrias, Nelson Penino, la norma sobre salario vacacional “reafirma lo que se hizo siempre”. Uno de los decretos determina que este beneficio no tiene carácter remuneratorio, en tanto que el segundo fija las condiciones del descanso intermedio, según sea jornada continua o discontinua.

En el primer caso el descanso debe ser de 30 minutos, con permanencia en el local y a disposición del empleador. En cambio, si la jornada es discontinua el trabajador se puede retirar, pero el descanso no se remunera como en el caso anterior.

Penino, quien también es titular de la comisión de asuntos laborales de la gremial y delegado empresarial a la Junta Nacional de Empleo (JUNAE), agregó que con la nueva disposición sobre vacacional “se evitan interpretaciones”.

Con anterioridad, dijo el industrial, ante reclamos de los trabajadores, los dictámenes de los jueces “no siempre eran coincidentes”. Para el caso de los descansos intermedios se daba un panorama similar, según Penino.

Por su lado, en una evaluación preliminar la Cámara Nacional de Comercio y Servicios coincidió en calificar las medidas como positivas.

Si bien la sala de abogados del PIT-CNT aún no tomó posición sobre el tema lo hará el próximo viernes, uno de sus dos coordinadores, Héctor Zapirain, adelantó que, en su opinión personal, el decreto sobre salario vacacional “es una aberración” y viola la ley en esa materia. Indicó que “no se puede sostener que lo que se paga por ese concepto no es de naturaleza salarial, porque lo paga la empresa y está en relación al tiempo trabajado”.

Aunque la norma no lo dice, agregó Zapirain, puede también tener repercusiones negativas para el cálculo del despido. (el Observador, 26/02/2000)

Telefonica demite na Ceterp

O Sindicato dos Telefônicos de S. Paulo, (SINETEL) anunciou a adesão de mais de 900 funcionários, 85% do quadro da empresa, ao plano de demissão voluntária da Telefonica na recém privatizada Ceterp- Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto , que tem 1.100 funcionários .

Os empregados tiveram que aderir ao plano de demissão porque a empresa espanhola não aceita a estabilidade de seus funcionários por dois anos, conforme lei municipal aprovada e que o sindicato defende. A empresa pagará os salários dos demitidos até setembro, data que reconhece para a estabilidade.

Por conta da adesão maciça , a Telefonica deverá aumentar de R\$ 33 milhões para R\$ 40 milhões os gastos com o programa, numa média de R\$ 42,5 mil por funcionário .

Além disso a empresa se rescindir da falta de funcionários, o que a obrigará a solicitar a permanência de alguns funcionários por tempo indeterminado para que os serviços não fiquem prejudicados . (Gazeta Mercantil, 24.02.00 e 25.02.00)

Bancários entrarão com outras ações

O Sindicato dos Bancários de São Paulo arma uma estratégia para garantir a suspensão da venda do Banespa, ainda que o governo consiga cassar as liminares -concedidas nesta semana- que impedem a continuidade do processo de privatização.

A idéia é agir pontualmente, contestando cada passo programado no cronograma. "Vamos buscar contradições em cada ato do governo para tentar dar continuidade à privatização", disse Ana Érnica, diretora do sindicato e funcionária do banco.

A Associação dos Funcionários do Conglomerado Banespa e Cabesp (Afubesp) agirá da mesma forma. Haverá ação para contestar, por exemplo, a avaliação do banco e o edital de venda.

Pelos planos do governo, o Banespa seria vendido no dia 16 de maio -já era admitido um atraso, antes mesmo das liminares. Os envolvidos no processo preferem não arriscar em quanto tempo as liminares podem atrasar o processo.

O Banespa informou ontem que vai recorrer hoje. Segundo o Tribunal Regional Federal, o recurso só será julgado no dia 28.

O Banco Fator, que coordena o consórcio responsável pela avaliação econômica do Banespa, disse ontem que ainda não havia sido notificado oficialmente, até as 18h, sobre a decisão da Justiça Federal em Brasília, que também concedeu liminar. (FSP, 24/02/2000)

[\(regressar\)](#)

Reunión U E-América Latina en Portugal

El encuentro entre los cancilleres del Mercosur y los de la Unión Europea en Vilamoura, Portugal, terminó ayer con escasos resultados y un nuevo diferimiento, pero el canciller uruguayo Didier Opertti lanzó una severa advertencia: si Europa no reduce el proteccionismo agrícola la región dejará de comprar sus productos y los buscará en América Latina o en Estados Unidos. Opertti dijo que Europa no puede negarse a negociar la apertura progresiva de sus mercados, y si lo hace *"nosotros tendremos que defendernos, lo que equivale a no comprar productos europeos y hacerlo en EEUU o en la propia región"*, dijo Opertti. "Si nos dicen su arroz, su carne, sus productos lácteos no, por qué razón tenemos que decir sí a sus automóviles o sus frigoríficos, cuando bienes industriales podemos adquirirlos en Brasil o en Argentina", subrayó.

La UE tiene que querer una economía de mercado no sólo sobre el papel, sino también en los hechos, porque "la realidad nos demuestra que el arancel medio de los productos agrícolas es superior al 50%, en cambio para los industriales es del 5% o el 6%", agregó. El Mercosur mantendrá su lucha "contra esa iniquidad", dijo, y en Vilamoura y en la reunión que celebrará el comité de negociación comercial en abril próximo en Buenos Aires se perfilará el formato de las negociaciones para desactivar los subsidios y el proteccionismo comunitario. "Si no podemos imponer esa idea en las reuniones UE-Mercosur, o más ampliamente de la Unión Europea con Latinoamérica, difícilmente podemos tener unas expectativas razonables en la Organización Mundial del Comercio (OMC)", dijo. La UE y los países del Mercosur, Chile y Bolivia acordaron mantener reuniones de trabajo para acercar posiciones antes de la próxima asamblea general de las Naciones Unidas, según un comunicado conjunto difundido ayer.

"Los ministros han decidido dar instrucciones a sus representantes en las Naciones Unidas para que mantengan, en un plazo breve antes de la próxima reunión de la Asamblea General, reuniones de trabajo para acercar más sus respectivas posiciones", señaló el comunicado. Las partes señalaron la importancia de "fomentar el intercambio de información relativa a sus respectivos indicadores económicos, como está previsto en los acuerdos marco de cooperación existentes". En las negociaciones multilaterales de comercio en el seno de la OMC, los ministros se declaran favorables a una nueva ronda global "basada en un programa de trabajo equilibrado que tenga en cuenta de manera adecuada los intereses de todos los miembros". (*El Observador*, 24.02.00)

Ganadores y perdedores en Portugal

La cumbre Europa-América Latina permitió a México lanzar su acuerdo con la UE y al MERCOSUR poner el proteccionismo en la agenda de diálogo América Latina y la Unión Europea finalizaron ayer su reunión cumbre con promesas de mayor integración regional y apoyo a las iniciativas sobre libre comercio.

Sin embargo, los cuatro días que duraron las conversaciones dejaron ganadores y perdedores en las filas latinoamericanas.

Entre los ganadores destacó México, que pudo anunciar el miércoles con bombos y platillos que entre el 23 y 24 de marzo firmará con la UE un largamente esperado acuerdo de libre comercio, que le abre a las empresas de ese país un mercado de 370 millones de personas.

Pero, los países de la Comunidad Andina (Bolivia, Perú, Venezuela, Ecuador y Colombia) dejaron el encuentro con las manos vacías, al fracasar ayer su petición de iniciar negociaciones para conformar una zona de libre comercio con la UE.

Europa defendió su negativa argumentando que estas naciones son, en el papel, una unión aduanera, pero en la práctica la integración no se ha concretado.

A los países centroamericanos reunidos en el Grupo San José no le fue mejor en su intención de pedirle a la UE que apoye un refinanciamiento de su deuda externa con el Club de París.

Para Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua y Panamá, el cumplimiento del servicio de su pesada deuda externa de US\$ 30 mil millones -de los cuales US\$ 4.500 millones es

mantenida con organismos europeos- les resta recursos que podrían destinar a la reconstrucción de sus economías, devastadas por años de guerras civiles e inclementes fenómenos climáticos.

En el último documento difundido tras los cuatro días de reuniones, emitido en el marco de un encuentro final entre la UE y el Grupo de Río - que englobó a los bloques regionales latinoamericanos-, el tema de la deuda externa apenas fue mencionado como un problema que necesita una "solución justa".

En tanto, el Mercosur con Chile y Bolivia como adherentes consiguió arrebatarse el miércoles a la UE un compromiso para discutir en el futuro su política de subsidios agrícolas, que perjudican las exportaciones agrícolas del bloque sudamericano.

Donde sí hubo consenso entre los diferentes grupos comerciales latinoamericanos y los representantes de Europa - encabezados por el canciller portugués Jaime Gama- fue en la necesidad de lanzar una nueva ronda de negociaciones comerciales tras el fracaso de Seattle.

La inclusión del tema de una nueva ronda de negociaciones sorprendió al canciller argentino y presidente pro t  pore del Mercosur, Adalberto Rodríguez Giavarini, ya que ataca a los subsidios agrícolas, un tema intocable para Europa.

El Mercosur y la UE volverán a verse las caras en abril, en una reunión que se realizará en Buenos Aires. (Reuters – El Observador, 25/02/2000)

Preferencias mexicanas

"No es una provocación contra la Argentina", le dijo el subsecretario de Integración de la cancillería brasileña, José Alfredo Gra a Lima. Se refería a las negociaciones que él mismo está comandando en México para cerrar acuerdos de preferencias comerciales con ese país que, por ejemplo, permitirán el ingreso en el Mercosur de automóviles mexicanos con un arancel externo para terceros países menor al acordado con la Argentina. Además, el canciller Luiz Lampreia tendrá en Sudáfrica, la próxima semana, otras reuniones para negociar convenios comerciales.

"Hoy somos nosotros los que estamos preparados para hacer este tipo de cosas", dijo el diplomático. "Por una cuestión de su coyuntura econ  mica, la Argentina no lo puede hacer. Pero es necesario ir avanzando, y nosotros simplemente estamos adelantándonos un poco a la vocación del Mercosur, que es crear vínculos con terceros mercados", añadió.

Cuando un país del bloque crea acuerdos de preferencias con otros mercados es casi inevitable que se termine "perforando" el Arancel Externo Común que los países del Mercosur acordaron que le cobrarán a todo producto que ingrese en el bloque. "Esas perforaciones van a ser inevitables durante un tiempo. Tendremos que tratar de que sean las menos posibles, pero es preciso avanzar con los acuerdos de libre comercio, para que cuanto antes esos acuerdos no sean Brasil-México o Brasil-Sudáfrica, sino Mercosur-México o Mercosur-Sudáfrica". (La Nación, 25-02).

(regressar)

A Card System investe na Argentina

A empresa Card System anunciou acordo com a credencial argentina S A, através do qual a empresa brasileira começará a processar 350 mil cartões da argentina, espalhados pelo país e pelos seus vizinhos Chile, Paraguay e Uruguay .

A entrada da empresa brasileira se deve a

uma maior abertura do setor, onde existem mais de 6 milhões de cartões.

Sua estratégia para enfrentar gigantes como a Credicard, a Mastercard e a American Express é a de oferecer novas opções em termos de custos e de produtos. (*Gazeta Mercantil*, 2 4.02.00)

Brasileiro presidirá Comissão de Direitos Humanos

O professor e ex-deputado federal (PT) , Hélio Bicudo assumiu na semana passada, em Washington, a presidência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA) . A comissão recebe denúncias de violações de direitos humanos no continente, investiga-as e encaminha-as, se procedentes, à Corte Interamericana dos Direitos Humanos, na Costa rica, também

presidida por um brasileiro, o prof. José Calçado de Trindade .

O Brasil apenas recentemente reconheceu a jurisdição da corte . Bicudo que já era um dos sete integrantes da Comissão substitui o norte-americano Robert Goodman e seu mandato será de pelo menos um ano . A comissão tem sob seu exame, no momento, mais de mil denúncias, das quais 45 se referem ao Brasil . (FSP, 23.02.00)

Uruguay: Consolidación legal de rebajas previsionales

El proyecto de ley de urgente consideración que el próximo gobierno remitirá al Parlamento confirma y proroga la rebaja y las exoneraciones de los aportes patronales a la seguridad social para el sector agropecuario aprobadas con carácter transitorio en agosto del año pasado y faculta también al Poder Ejecutivo a implementar reducciones del mismo monto. Sin embargo para la industria manufacturera no plantea nuevas rebajas y se limita a proponer la consagración legal de una tasa de 6,5% para el aporte patronal, lo que fue aprobado por decreto en 1996 y significó para el sector un ahorro promedio anual de entre US\$ 36 y US\$ 38 millones.

Para la industria, además de la “congelación” del aporte patronal en el 6,5%, el proyecto faculta al Poder Ejecutivo, “en la medida de las posibilidades del erario público”, a reducir definitiva o transitoriamente los aportes “en forma genérica o referido a uno o más sectores o subsectores de la actividad económica”.

Fuentes del gobierno electo aseguraron a El Observador que las caídas de ingresos derivadas de esta ley se financiarán con los ajustes de gastos que se realizarán tanto a nivel de los ministerios como de las empresas públicas. (*El Observador*, 26/02/2000)

Brasil inicia acordo com a África do Sul

O Brasil pretende firmar um acordo comercial com a África do Sul que possa também dar o sinal político de que os dois países se aliaram nas discussões mais polêmicas da OMC (Organização Mundial do Comércio). O início das negociações deverá ser “amarrado” pelo ministro das Relações

Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, com a chanceler da África do Sul, Dlamini Zuma, e o ministro do Comércio e da Indústria, Alec Erwin.

Os encontros ocorrerão entre 29 de fevereiro e 3 de março, em várias cidades sul-africanas. (FSP, 24/02/2000)

Creció 32% inversión regional

Las estimaciones preliminares de la UNCTAD (Conferencia de las Naciones Unidas para el Desarrollo y el Comercio) revelan que la inversión extranjera directa (IED) hacia América Latina y el Caribe saltó 32% en 1999, llegando a US\$ 97 mil millones cuando fue de US\$ 73 mil millones en 1998.

La oleada en la IED de América Latina se debió en gran medida a un incremento cuatro

veces en los flujos hacia Argentina, debido a una sola y enorme operación: la compra por US\$ 17 mil millones de YPF por su similar española Repsol.

Los flujos hacia Brasil, el mayor receptor de IED de la región, subió a US\$ 31 mil millones el año pasado de los US\$ 28.5 mil millones de 1998. (El Observador, 20/02/2000)

51% dos paraguaios vêem presidente como "usurpador"

O presidente paraguaio, Luis González Macchi, é considerado um "usurpador" por 51,1% dos entrevistados em pesquisa publicada na edição de ontem do jornal "ABC Color". A pesquisa também revela um alto descontentamento com seu governo: 58,8% afirmam estar "muito descontentes ou descontentes" com a administração.

A Constituição paraguaia determina que um governo é "usurpador" se não é eleito pela vontade popular e contempla o direito de rebelião nesse caso.

A oposição tenta formular uma estratégia para tentar, no Congresso, a destituição de Macchi e a convocação imediata de eleições.

Macchi pediu que se esperem as eleições para vice-presidente, marcadas para 13 de agosto, "para saber realmente se o povo o apóia ou não". O governo de Macchi vem perdendo apoio político. O Partido Liberal Radical Autêntico se retirou da coalizão que o apóia. (FSP, 26/02/2000) [\(regressar\)](#)

. CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.



cesint@uol.com.br
cesint@sinectis.com.ar
cesi@y.com.uy

Coordenação- Ma. Silvia Portella de Castro